

INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

DESAFIOS, ESTRATÉGIAS
E CASOS DE SUCESSO



INDIRA GANDHI BEZERRA DE SOUSA
LUANA DE OLIVEIRA ALVES
HELANO PINHEIRO

LESTU
Editora

Design Gráfico

Ana Kelma Cunha Gallas

Diagramação

Kleber Albuquerque Filho

Revisão Técnica

Edson Rodrigues Cavalcante

TI OMP/DOI Manager

Eliezyo Silva



Contato: editora@lestu.org
site: www.lestu.com.br
Whatsapp: (86) 99522-7141
Imagens da obra: Canva
(CreativeCommons)

Este título possui uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0).

A íntegra dessa licença pode ser acessada: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.pt> Imagens da obra: Canva (CreativeCommons) e "Designed by Freepik" (http://www.freepik.com/terms_of_use)



FICHA CATALOGRÁFICA
DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Elaborada pelo Bibliotecário Edson Cavalcante CRB 1649/3

S725i SOUSA, Indira Gandhi Bezerra de; ALVES, Luana de Oliveira; PINHEIRO, Helano Diógenes (Org.).

Inovação e sustentabilidade: desafios, estratégias e casos de sucesso / Indira Gandhi Bezerra de Sousa, Luana de Oliveira Alves, Helano Diógenes Pinheiro (Org.). – Teresina: Editora Lestu, 2025.
Formato: Livro Digital
Veiculação: Digital
ISBN: 978-65-85729-10-9
DOI: <https://doi.org/10.51205/lestu.978-65-85729-10-9>

1. Inovação tecnológica. 2. Sustentabilidade. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Empreendedorismo. 5. Meio ambiente – aspectos econômicos.

I. Título. II. Organizadores. III. Inovação. IV. Sustentabilidade.
CDD: 658.406.3

Índices para catálogos sistemáticos:

Administração; Inovação; Sustentabilidade; Desenvolvimento sustentável; Gestão estratégica; Responsabilidade social corporativa.

8

Empreendedorismo social em comunidades quilombolas do semiárido piauiense

Ermínia Medeiros

Patrícia Ribeiro

1 INTRODUÇÃO

Os quilombolas são grupos que se destacam por sua riqueza cultural e características peculiares. Podem ser definidos como grupos étnicos raciais que se atribuem com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra. As terras ocupadas por remanescentes de quilombos são utilizadas para garantir sua sobrevivência, como a reprodução física, social, econômica e cultural, bem como a manutenção de seus costumes e tradições^{1,2}.

Existem cerca de 3.600 comunidades quilombolas no território brasileiro, sendo a maior concentração na região nordeste³. São povos que têm sua cultura diferenciada e que, ao se assumirem como tais, organizam-se de modo próprio em seus territórios por meio do uso dos recursos naturais fundamentados em conhecimentos tradicionais².

No estado do Piauí registram-se 107 comunidades quilombolas certificadas³. As atividades cotidianas desses grupos sociais estão centradas na agricultura de subsistência, na confecção artesanal, e especialmente nas práticas socioprodutivas e culturais relacionadas à sua identidade religiosa, quilombola e sertaneja⁴.

Embora tenham enfrentado desigualdades históricas e ainda apresentem aspectos desfavoráveis de natureza socioeconômica,

os quilombolas têm mostrado sua força e uma profunda capacidade adaptativa frente às transformações sociais e ambientais. O forte sentimento de pertencimento, de territorialidade, de respeito à natureza, o espírito cooperativo e a riqueza dos conhecimentos tradicionais propiciam o empoderamento e a organização espacial desses grupos.^{6,7} Ademais, carregam saberes tradicionais valiosos que descortinam possibilidades de sobrevivência por meio de experiências de empreendedorismo social que convergem com a ideia de inovação, sustentabilidade e desenvolvimento local.

Nesse contexto, o empreendedorismo social configura-se como uma estratégia fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades historicamente marginalizadas por investimentos públicos e privados. Seu principal objetivo é impulsionar transformações significativas na realidade em que se insere, por meio da identificação, mitigação e resolução de desafios sociais em setores essenciais, como educação, saúde, habitação, segurança, economia, entre outros domínios correlatos^{8,9}.

Os negócios sociais distinguem-se dos negócios clássicos, ao priorizarem a criação de soluções impactantes para grupos específicos. Embora possam operar com ou sem fins lucrativos, o lucro não constitui seu objetivo central, mas sim o impacto social produzido. Diferenciam-se também das organizações do terceiro setor, uma vez que não se sustentam exclusivamente por meio de doações ou apoio estatal, mas sim por receitas próprias que asseguram sua viabilidade financeira e autonomia operacional.^{10,11,12}

Estruturados com base na articulação entre as necessidades das comunidades e nos recursos disponíveis, esses empreendimentos promovem o desenvolvimento de maneira integrada e sustentável e se constituem instrumentos eficazes para a valorização e preservação dos conhecimentos tradicionais.^{13,14}

Este capítulo objetiva reconhecer as práticas de empreendedorismo social desenvolvidas em comunidades quilombolas piauienses no contexto da inovação, da sustentabilidade e do fortalecimento dos seus valores culturais. Entre os principais aspectos a serem explorados estão as características, heranças positivas e os saberes

tradicionais dessas comunidades, ações de desenvolvimento de base sustentável, aspectos conceituais e exemplos de empreendedorismo social em comunidades quilombolas piauienses.

Por meio desta investigação realizou-se um mapeamento das iniciativas de empreendedorismo social já praticadas nas comunidades quilombolas Custaneira e Tronco, situadas na região do semiárido piauiense, com a identificação de estratégias criativas utilizadas para enfrentar desafios locais, a compreensão de como os valores culturais, a inovação e os princípios sustentáveis são incorporados em suas atividades empreendedoras, bem como o papel do empreendedorismo social na manutenção e valorização dos saberes tradicionais e da sustentabilidade local.

2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS: CARACTERÍSTICAS, MODO DE VIDA, HERANÇAS POSITIVAS E SABERES TRADICIONAIS

2.1 Quilombolas no Piauí

Os quilombolas são grupos humanos culturalmente distintos, organizados como comunidades, que, historicamente, preservam seu modo de vida relativamente isolado e fundamentado em modos de cooperação social e relações específicas com a natureza. A Constituição Federal lhes garantiu espaço, promovendo maior autonomia¹⁵, mas somente a partir dos anos 2000 as políticas públicas se consolidaram no intuito de assegurar a justiça social dessas comunidades^{16,2}.

O estilo de vida desses povos se diferencia da sociedade urbana, uma vez que tem nos conhecimentos tradicionais sua principal fonte e se sustenta por meio de atividades produtivas como agricultura familiar, pecuária e pesca artesanal. Essas atividades, geralmente são voltadas para subsistência própria, utilizando recursos naturais, pouca articulação com o mercado, uso intensivo de mão de obra familiar e tecnologias de baixo impacto de base sustentável^{17,18}.

As comunidades quilombolas são uma parte fundamental da cultura e história brasileira. Surgiram principalmente no século XIX, quando negros escravizados fugiram das fazendas e engenhos, buscando refúgio em áreas de difícil acesso, onde podiam construir suas vidas e manter suas tradições longe da opressão do sistema escravocrata^{19,20}.

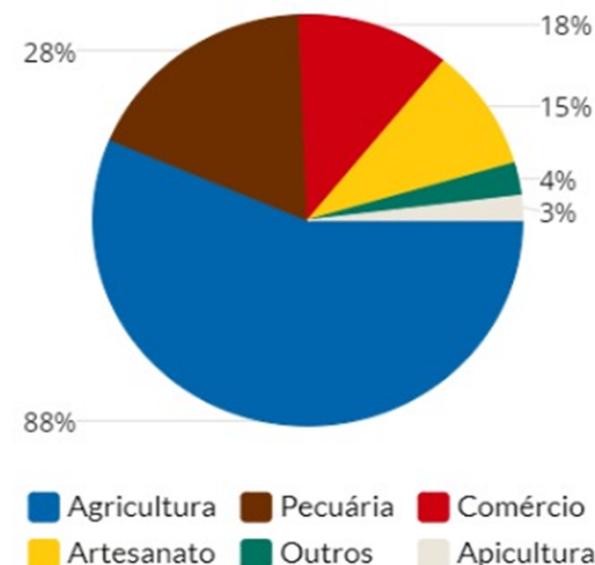
Por estarem localizadas majoritariamente em áreas rurais afastadas dos centros urbanos, com acesso limitado a bens e serviços, algumas comunidades são contempladas por políticas de desenvolvimento rural. Essas iniciativas incentivam a agricultura familiar e promovem ações empreendedoras, gerando transformações no modo de vida das populações dessas regiões.

No estado do Piauí existem 31.686 pessoas quilombolas distribuídas em 75 municípios piauienses, o que representa a sétima maior população quilombola do Brasil em termos quantitativos²². Muitas dessas comunidades estão localizadas no semiárido do estado e é nesse cenário que se encontram as duas comunidades destacadas neste capítulo, Custaneira e Tronco, ambas situadas no município de Paquetá-PI.

Apesar do território ser um elemento essencial no qual esses grupos se empenham em ocupar e estabelecer fortes relações com o ambiente e a ancestralidade, no Piauí, apenas 23,6% dos quilombolas residem em territórios oficialmente delimitados. Desse total, somente 5,63% possuem a titulação das suas terras²².

As principais atividades econômicas dos quilombolas piauienses são a agricultura familiar (88%), pecuária (28%), comércio (18%), artesanato (15%), apicultura (3%) e outros (4%), conforme ilustra a Figura 1²³. Esse cenário também representa a economia das comunidades Custaneira e Tronco, com predomínio do cultivo de mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), milho (*Zea mays L.*) e feijão (*Phaseolus vulgaris L.*), e, em menor proporção, carnaúba (*Copernicia prunifera* (Mill.) H.E. Moore). A maioria dos moradores recebe auxílio governamental. Nos períodos de estiagem, alguns saem em busca de diferentes trabalhos em outros estados⁴.

Figura 1: Atividades econômicas desenvolvidas nas comunidades quilombolas do Piauí



Fonte: Piauí (2023).

A cultura quilombola possui riqueza e diversidade notáveis. A música, a dança, as festas religiosas e os rituais são componentes fundamentais da vida comunitária. Muitas dessas tradições são legados diretos da África, adaptados às condições locais. Além disso, as práticas agrícolas e de manejo da terra frequentemente demonstram um profundo conhecimento ecológico e uma relação sustentável com o meio ambiente.

Apesar de sua importância cultural, os quilombolas enfrentam inúmeros desafios. O reconhecimento oficial e a titulação das terras são questões cruciais. Muitas vezes, essas comunidades lutam contra a grilagem de terras, a especulação imobiliária e a falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação²⁴.

Nas últimas décadas, especialmente após a Constituição Federal de 1988, houve avanços importantes no reconhecimento e assistência aos quilombolas.

As ações governamentais têm buscado assegurar os direitos dessas comunidades, impulsionando projetos voltados para a inclusão social e econômica^{25,26}. Entretanto, ainda se observa uma significativa deficiência na implementação de políticas públicas específicas e adaptadas às necessidades particulares dessa população no estado do Piauí²³.

3 EMPREENDEDORISMO SOCIAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

3.1 Possibilidades e Desafios do Empreendedorismo Social

O empreendedorismo social é uma estratégia criativa aplicada ao contexto social, aproveitando recursos locais para promover transformações. Apesar de despertar interesse no meio acadêmico, o conceito é vasto e não possui uma definição única^{27,28,29}. Consiste em várias etapas nas quais os empreendedores geram valor social ao combinarem recursos de maneira inovadora para impulsionar mudanças na sociedade. Seu processo se inicia com a observação de determinada situação-problema local, para a qual se procura, em seguida, elaborar uma alternativa de enfrentamento.

Essa ferramenta não se constitui um “passe de mágica”; é um movimento que exige, acima de tudo, a capacidade integrada das pessoas. Essa ação deve ser inovadora, viável, autossustentável, envolver múltiplos setores da sociedade, e, especialmente a comunidade beneficiada, gerando impacto social significativo³⁰. Ao evidenciar o aspecto inovador, o empreendedorismo social oferece uma abordagem enriquecedora para o desenvolvimento de teorias sobre inovação social, e o inverso também é verdadeiro⁹.

Outro aspecto a ser registrado é que a abordagem empreendedora social se distancia da filantropia tradicional e busca uma nova maneira de enfrentar os problemas sociais. Outrossim, diferencia-se do empreendedorismo privado por gerar valor social e desenvolver soluções, priorizando o impacto na comunidade ao invés de restringir-se ao lucro financeiro e à comercialização de bens e serviços em mercados convencionais^{31,32}.

O empreendedorismo social não é negação total do lucro⁸. Os empreendedores sociais são “agentes de mudança”, pois assumem a missão de criar e manter um valor social; identificam e buscam novas oportunidades para perpetuar essa missão; estão envolvidos em processos contínuos de inovação, adaptação e aprendizagem; atuam de maneira eficaz mesmo com a limitação de recursos disponíveis; demonstram um elevado senso de responsabilidade para com os envolvidos e os resultados a serem alcançados³³.

Enquanto ferramenta poderosa para fortalecer as capacidades produtivas das comunidades rurais, o empreendedorismo social integra recursos ambientais, sociais e econômicos, gera fontes de renda, dinamiza as oportunidades e dá visibilidade à economia local. Isso é especialmente importante considerando o alcance limitado ou a insuficiência de ações eficazes e proativas de programas e projetos públicos voltados para comunidades situadas em áreas rurais do Brasil³⁴.

O reconhecimento do empreendedorismo social como uma ferramenta eficaz para resolver questões sociais tem contribuído para sua ampla adoção como uma abordagem promissora diante dos desafios socioeconômicos, sobretudo de regiões subdesenvolvidas ou em desenvolvimento. Esses novos modelos de negócios capazes de assegurar um crescimento de base sustentável estão se expandindo globalmente, porquanto estão alinhados não apenas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), mas, sobretudo, a uma demanda do mercado por empreendimentos que propiciem lucro e bem estar social e ambiental^{35,36,37}.

No Brasil, o empreendedorismo social tem crescido significativamente, alcançando comunidades historicamente sub-representadas, como indígenas, LGBTQIAP+ e, dentre outros grupos, os quilombolas, onde moradores se unem para compartilhar recursos, conhecimentos e experiências, promovendo um ambiente colaborativo que potencializa a inovação e a resiliência. Ações de empreendedorismo social em comunidades quilombolas no Brasil representam uma oportunidade significativa para a promoção da inclusão econômica e social, além de contribuir para a preservação cultural e ambiental^{38,39}.

Como prática inclusiva, iniciativas relacionadas a projetos de agricultura sustentável e turismo comunitário podem ser geradoras de renda e emprego para as comunidades. No aspecto da preservação cultural e sustentabilidade ambiental, a produção de artesanato, o etnoturismo e o turismo cultural fortalecem as tradições e a identidade quilombola. Além de atrair visitantes interessados em experiências autênticas, essas atividades promovem o uso responsável dos recursos naturais essenciais à sobrevivência desses grupos⁴⁰.

No entanto, existem diversos desafios que precisam ser superados para alcançar todo potencial dessa prática, a começar pela dificuldade de acesso a crédito desburocratizado, o que limita o surgimento de novos empreendimentos. A infraestrutura deficiente, sobretudo referente à disponibilidade de energia elétrica e internet de qualidade, é um obstáculo significativo para o desenvolvimento de empreendimentos em comunidades quilombolas. O baixo nível de capacitação é outro desafio importante a ser vencido, objetivando fornecer as habilidades e conhecimentos necessários para o sucesso dos empreendimentos³⁰.

3.2 Iniciativas de Empreendedorismo Social em Comunidades Quilombolas do Semiárido Piauiense

No semiárido piauiense, as comunidades quilombolas Custaneira e Tronco se destacam pelo modo como estruturam a sua dinâmica produtiva e social por meio de uma organização que tem possibilitado transformar adversidades em oportunidades sustentáveis, impulsionando iniciativas de empreendedorismo social. Uma dessas práticas está ligada à produção da mandioca, integrando a comunidade em todas as fases do processo produtivo. Quando há uma boa colheita, acontece o evento da farinhada, que reúne moradores e visitantes na casa da farinha durante o mês de julho, com o intuito de agradecer e celebrar.

A farinhada apoia-se na realização de atividades econômicas para alcançar objetivos voltados ao bem coletivo, por meio de relações sociais de produção e trabalho^{41,42,8}. Além de gerar oportunidades

de trabalho, alimenta a memória dos mais velhos, cria memórias com os mais novos e promove, de forma solidária, a divisão de toda produção entre os seus⁴³.

Importa ressaltar que não somente no período da farinhada, mas durante todo o ano, a organização social das duas comunidades garante segurança alimentar para todos os moradores, mesmo quando não é possível produzir e colher nos doze meses. Isso é alcançado por meio de estratégias como a roça comunitária, fundamentadas em solidariedade, reciprocidade e autogestão entre seus membros⁴.

Na Custaneira e no Tronco mensalmente ocorrem celebrações, reuniões e encontros para enaltecer sua religiosidade e sua cultura. Nessas ocasiões, as comunidades desenvolvem atividades educativas que consolidam sua identidade quilombola e fortalecem a consciência cultural entre jovens e crianças, integrando-os às suas manifestações culturais, a exemplo da realização anual do Encontro de Casa de Terreiros de Comunidades Quilombolas, que já se encontra em sua oitava edição. Em todos esses momentos, o empreendedorismo social se faz presente por meio da venda das comidas típicas feitas pelos moradores (rosca, manué, chá de burro, paçoca de gergelim, cocada de gergelim, banha de porco, doces de frutas etc.). Além de envolver as comunidades, possibilita uma renda extra para todos.

Outra iniciativa que se configura como prática empreendedora social é a Associação de Desenvolvimento Rural Quilombola, que agrega quilombolas não apenas da Custaneira e Tronco, mas também de comunidades vizinhas. Mensalmente seus membros discutem assuntos ligados à promoção da cidadania e dos direitos, políticas e qualidade de vida dos moradores.

Nesse contexto, destaca-se uma característica singular que pode ser interpretada como uma manifestação do empreendedorismo social nessas comunidades. Ao contrário da maioria dos quilombolas no Brasil, os residentes da Custaneira e do Tronco adquiriram suas terras por meio de recursos financeiros próprios, garantindo a posse legal sem a necessidade de autorização governamental.

O turismo também pode ser considerado uma estratégia

empreendedora social. Embora não esteja ainda estruturado, as comunidades Custaneira e Tronco recebem muitos visitantes e turistas interessados em conhecer seu modo de vida e sua cultura. Nessa modalidade de turismo denominada etnoturismo, o turista deve se adaptar ao estilo de vida da comunidade visitada, compreendendo e vivenciando seu dia a dia, sua estrutura social, seus costumes e manifestações culturais⁴⁴.

O artesanato é outro elemento fundamental da dinâmica empreendedora social das comunidades quilombolas⁴⁵. Na Custaneira e no Tronco, a produção artesanal preserva a história e é um elemento vital. Entre os itens confeccionados estão bijuterias (colares, pulseiras, guias, amarradores de cabelo), artefatos de decoração (tapetes, cestos), amuletos (filtro dos sonhos), peças em crochê (almofadas, roupas), objetos utilitários feitos com palha de carnaúba (vassouras), lambedores, xaropes, banhos e garrafadas.

Nas comunidades quilombolas, o grande diferencial do projeto de vida é a compreensão de que cultura, natureza e ser humano são inseparáveis⁴⁶. Na Custaneira e no Tronco, as atividades produtivas estão integradas aos conhecimentos tradicionais com o meio cultural, social e natural, resultando na manutenção das tradições e da biodiversidade e consolidação de ações afirmativas alinhadas aos princípios de sustentabilidade, promovendo o desenvolvimento local⁴⁷.

Essas práticas consolidam vínculos sociais e valores culturais, proporcionando uma compreensão mais profunda do papel de cada indivíduo no contexto comunitário^{48,49}. O fortalecimento da identidade coletiva estimula o interesse dos moradores em investigar e preservar os modos de vida de seus ancestrais, promovendo a construção de saberes tradicionais⁵⁰. Além disso, atuam como instrumentos de transmissão cultural, permitindo que as comunidades expressem suas crenças e valores, estabeleçam diálogos com visitantes e incentivem trocas culturais, contribuindo diretamente para a preservação de suas tradições⁵¹. A comercialização de produtos artesanais locais também desempenha um papel econômico relevante, gerando renda para os moradores e impulsionando a continuidade dessas iniciativas.

Na Custaneira e no Tronco, o empreendedorismo social surge como uma resposta inovadora e comunitária capaz de redefinir e moldar o seu processo de desenvolvimento. As iniciativas realizadas ampliam as possibilidades de inclusão social, valorização cultural e preservação ambiental e incentivam seus moradores a permanecerem nas comunidades, ter orgulho da história de seus ancestrais e cuidar do que lhes pertence.

4 ASPECTOS CONCLUSIVOS

Compreender as iniciativas empreendedoras em comunidades tradicionais permite validar a vastidão de seus conhecimentos, modos de vida, tradições, crenças, religiosidades e subjetividades. Buscou-se neste capítulo reconhecer as ações de empreendedorismo social desenvolvidas nas comunidades quilombolas piauienses Custaneira e Tronco no contexto da inovação, da sustentabilidade e do fortalecimento dos seus saberes tradicionais e valores culturais. Os resultados mostraram que os projetos implementados consolidam a força das comunidades e contribuem para a expansão do capital humano e social.

Todas as ações de empreendedorismo social identificadas refletem iniciativas que agregam valor social e têm impacto positivo na qualidade de vida das pessoas, contribuindo para um desenvolvimento local de base sustentável. Ademais, auxiliam na preservação dos seus saberes tradicionais e tradições culturais, promovendo a continuidade dos costumes e conhecimentos quilombolas.

Ao considerar que os estudos sobre empreendedorismo social em comunidades quilombolas piauienses ainda são escassos e insuficientes, este estudo contribui com a disponibilização de reflexões críticas que possibilitam conhecer como essa temática vem sendo desenvolvida nessas populações, de forma a identificar suas principais lacunas, avanços e tendências, assim como aprofundar o assunto investigado.

O empreendedorismo social em comunidades quilombolas no Brasil apresenta grandes oportunidades para a promoção da inclusão econômica, a preservação cultural e a sustentabilidade ambiental. No entanto, para que essas oportunidades sejam plenamente realizadas, é necessário superar os desafios relacionados ao acesso a crédito, infraestrutura, capacitação e reconhecimento legal. Com políticas públicas eficazes e parcerias estratégicas, é possível transformar esses desafios em possibilidades de crescimento e desenvolvimento para as populações quilombolas.

Por fim, as comunidades Custaneira e Tronco não são apenas guardiãs de uma rica herança cultural, também desempenham um papel vital na construção e manutenção da identidade regional. A sua resistência e a resiliência serve como inspiração para muitos e são uma parte essencial do mosaico cultural do Brasil.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília. DF: Abaré, 2004.
2. CONAQ. **Quem somos?** Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://conaq.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 25 nov. 2024.
3. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação Quilombola**. Brasília, DF, 12 maio 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 04 jan. 2025.
4. MACÊDO, E. M.; BATISTA, M. L. P.; FIGUEIREDO, L. S.; BARROS, R. F. M. de. Elementos sociais, econômicos e culturais constitutivos de uma comunidade quilombola no Nordeste do Brasil. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 11, p. 1-28, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i11.9827>
5. VIVEIROS DE CASTRO, E. Economic development, anthropomorphism, and the principle of reasonable sufficiency. In: GAGLIARDI, P.; REIJNEN, A. M.; VALENTINI, P. (org.). **Protecting nature, saving creation: ecological conflicts, religious passions, and political quandaries**. New York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 161-180.
6. FÉ, E.; GOMES, J. Territorialidade e sociobiodiversidade na configuração do espaço produtivo da comunidade Olho D'água dos Negros no município de Esperantina-PI. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 27, n. 2, p. 297-308, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-451320150208>
7. PORRO, R.; PORRO, N. Identidade social, conhecimento local e manejo adaptativo de comunidades tradicionais em babaçuais no Maranhão. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 1-20, 2015.
8. MEDEIROS, C. B.; MACHADO, L. C. R.; PEREIRA, L. C. A.; COSTA, I. C. A.; GOMEZ, C. P. Inovação social e empreendedorismo social: uma análise sob a perspectiva da economia solidária. **Revista Gestão.Org**, Recife, v. 15, n. 1, p. 61-72, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21714/1679-18272017v15n1.p61-72>
9. BEZERRA-DE-SOUSA, I. G.; TEIXEIRA, R. M. Relações conceituais entre empreendedorismo social e inovação social. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Niterói, v.13, n.4, p. 81-99, 2019. DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v13i4.28974>
10. CARMONA, V. C.; MARTENS, C. D. P.; LEÃO, A. L. D. B. C.; NASSIF V. M. J.; FREITAS, H. M. R. de. Empreendedorismo social: uma perspectiva bibliométrica na área de administração e negócios. **Journal of Management and Economics for Iberoamerica**, Cali, v. 34, n.149, p. 399-410, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18046/j.estger.2018.149.2912>
11. VIEIRA, D. D.; SILVA, A. S. J. da; FRANÇA, A. P. de A. Empreendedorismo social nas ciências sociais e humanas. **Revista Colóquio: Administração e Ciência**, Natal, v. 2, n. 1, p. 65-77, 2020. DOI: <https://doi.org/10.59776/2237-633X.2020.2524>
12. REZENDE, M. G.; GONÇALVES, L. S.; FREITAS, L. C. Relações entre empreendedorismo e habilidades sociais: uma revisão de escopo. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Vitória, v. 6, n. 2, p. 26–39, 2022.
13. ANASTÁCIO, M. R.; CRUZ FILHO, P. R. A; MARINS, J. **Social e Inovação Social no Contexto Brasileiro**. Curitiba: PUCPRESS Editora Universitária Champagnat, 2018.
14. IVO, J. K.; PIMENTEL, T. A. Empreendedorismo social no Brasil: panorama contemporâneo, desafios e perspectivas. **RACE- Revista de Administração do Cesmac**, Maceió, v. 5, p. 254-266, 2019.
15. CASTEL, R. Dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 10, n. 26, p. 19-40, 1997. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v10i26.18664>
16. HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
17. ARRUDA, R. S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 79-93, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200007>

18. DIEGUES, A. C. A etnoconservação da natureza. In: DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 2000. p. 1-46.
19. SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. D. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Revista Ambiente & Sociedade**, p. 1-6, jun. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2002000100008>
20. ANDRADE, L. A. B.; SILVA, E. P.; PASSOS, E. O que é ser humano? **Ciência & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 179-191, 2007.
21. SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. V. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes: revista de Ciências Sociais**, Campina Grande, v. 23, n. 1, p. 99-117, 2004. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2004.v23.237>
22. IBGE. **Censo Demográfico 2022: Quilombolas**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Orçamento/Instituto Brasileira e Geografia e Estatística, 2022.
23. PIAUÍ. Tribunal de Contas do Estado. **Levantamento do contexto das comunidades quilombolas no estado do Piauí**. Teresina: Diretoria de Fiscalização de Políticas Públicas, 2023.
24. BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**. Brasília, DF: Seppir, 2012.
25. GOMES, D. O.; MADEIRA, M. Z. A.; BRANDÃO, W. N. M. P. Justiça racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais. **Revista Katálisis, Florianópolis**, v. 23, n. 2, p. 317-326, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p317>
26. PEREIRA, P. F. S. Patrimonialidade e contemporaneidade quilombola: controvérsias e desafios em torno do tombamento dos sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. **Revista Videre**, Dourados, v. 12, n. 24, p. 119 a 149, 2020. DOI: <https://doi.org/10.30612/videre.v12i24.11081>
27. LUBBERINK, R.; BLOK, V.; VAN OPHEM, J.; VAN DER VELDE, G.; OMTA, O. Innovation for Society: Towards a Typology of Developing Innovations by Social Entrepreneurs. **Journal of Social Entrepreneurship**, London, v. 9, n. 1, p. 52-78, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/19420676.2017.1410212>
28. MACKE, J.; SARATE, J. A. R.; DOMENEGHINI, J.; SILVA, K. A. da. Where do we go from now? Research framework for social entrepreneurship. **Journal of cleaner production**, [s. l.], v. 183, p. 677-685, May 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.02.017>
29. AVENI, A. Gestão financeira e financiamento do empreendedor social. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, Brasília, DF, v. 10, n. 39, p. 4-19, 2019.
30. OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 9-18, 2004.
31. MELO NETO; F. P.; FROES, C. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. São Paulo: Qualitymark, 2002.
32. AUERSWALD, P. Creating social value. **Stanford Social Innovation Review**, Stanford, n. 2, p.51-55, 2009. DOI: <https://doi.org/10.48558/QT6X-TX86>
33. DEES, G.; ANDERSON, B. B. “Framing a theory of social entrepreneurship: building on two schools of practice and thought”. In: MOSHER-WILLIAMS, R. (ed.). **Research on Social Entrepreneurship: Understanding and contributing to and emerging field**. Washington: The Aspen Institute, 2006. p. 39-66.
34. BATISTA, M. L. P.; MACÊDO, E. M.; BEZERRA, A. K.; SILVA, A. J.; BARROS, R. F. M. Comunidade rural do Nordeste brasileiro: um cenário de reflexão para a formulação de políticas de desenvolvimento local e empreendedorismo sustentável. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 1-19, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220220160>
35. WANG, Q.; HAN, X. Spillover effects of the United States economic slowdown induced by COVID-19 pandemic on energy, economy, and environment in other countries. **Environmental Research**, [s. l.], v. 196, p. 110936, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.envres.2021.110936>
36. ARAÚJO, A. C. da M.; OLIVEIRA, V. M. de; CORREIA, S. Érica N. Elementos da inovação social para a promoção do consumo sustentável: a validação de um framework com especialistas. **Desenvolvimento em Questão**. Ijuí, v. 20, n. 58, p. e11064, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.11064>
37. CHUI, C. H. K.; PENG, S.; LAI, V.; CHAN, C. H.; FUNG, S. Enhancing Social Entrepreneurial Competence Amongst University Students: a social entrepreneurship pedagogical model in Hong Kong. **Journal of Social Entrepreneurship**, London, 25 May 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/19420676.2023.2217427>
38. CASAQUI, Vander. A construção do papel do empreendedor social: mundos possíveis, discurso e o espírito do capitalismo. **Galáxia**, São Paulo, n. 29, p. 44-56, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-25542015120109>
39. FREITAS, P. A.; HALISKI, A. M.; SERAFIN, C. F.; SANTOS, E. dos. Empreendedorismo social como possibilidade para o desenvolvimento de comunidades rurais. **Revista da UI_IP** Santarém, Santarém, Portugal, v. 10, n. 4, p. 108-117, 2022. DOI: <https://doi.org/10.25746/ruiips.v10.i4.29113>
40. FONSECA, A. G. S.; SILVA, A. M.; MACHADO, A. L. G.; ANJO, J. E. S. Empreender no Quilombo: artesanato como alternativa de renda de famílias quilombolas no Piauí. **Revista FSA**, Teresina, v. 19, n. 12, p. 190-206, 2022.

41. FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.
42. GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, 2003. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v16i39.18642>
43. ARAÚJO, M. S. G. de; LIMA FILHO, D. L. L. Cultura, trabalho e alimentação em comunidades negras e quilombolas do Paraná. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 6, n. 3, ed. esp., p. 113-131, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5216/ag.v6i3.21060>
44. CHISTYAKOVA, O. V. Ethnic Tourism as Knowing Other. **Journal of Philosophy**, [s. l.], v. 24, n. 4, p. 720-729, 2020. DOI: <http://doi.org/10.22363/2313-2302-2020-24-4-720-729>
45. TEIXEIRA, M. G.; BRAGA, J. S.; CÉSAR, S. F.; KIPERSTOK, A. Artesanato e desenvolvimento local: o caso da comunidade quilombola de Giral Grande, Bahia. **Interações**, Campo Grande, v. 12, n. 2, p. 149-159, dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122011000200003>
46. AMÉRICO; M. C.; DIAS, L. M. F. Conhecimentos tradicionais quilombolas: reflexões críticas em defesa da vida coletiva. **Cadernos Cenpec**, [São Paulo], v. 9, n.1, p.153-174, 2019.
47. SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. *In*: BURSZTYN (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: Brasiliense, 1997. p. 26-56.
48. BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
49. CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
50. DUQUE, A.N. F.; VIEIRA, M.A.B.; SOUZA, R. N. R. História e memória em quilombos do semiárido piauiense: patrimônio e identidade cultural. *In*: SANTOS, C. (org.) **O semiárido brasileiro e suas especificidades**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. p. 29-40.
51. RIBEIRO, D. W. A.; SANTOS, C. F. Patrimônio afro-brasileiro e turismo: comunicando o modo de ser quilombola. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, ed. esp.: Ética No Turismo, p. 71-88, 2018.



